

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC CLÉDERSON BUCCI FERNANDES

A ATUAÇÃO DA MARINHA DO BRASIL NOS PRINCIPAIS EPISÓDIOS HISTÓRICOS
DAS AÇÕES NAVAIS ESTRANGEIRAS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Rio de Janeiro

2009

CC CLÉDERSON BUCCI FERNANDES

A ATUAÇÃO DA MARINHA DO BRASIL NOS PRINCIPAIS EPISÓDIOS HISTÓRICOS
DAS AÇÕES NAVAIS ESTRANGEIRAS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CF Nelson R. Gasparin Junior.

Rio de Janeiro

Escola de Guerra Naval

2009

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar a atuação da Marinha do Brasil nos principais episódios históricos das ações navais estrangeiras na Amazônia Brasileira através de pesquisa bibliográfica, leitura analítica e interpretação dos resultados. A Amazônia por ser uma região imensa e rica, logo despertou cobiça internacional sobre ela desde o Descobrimento do Brasil (1500). A Marinha do Brasil vem fazendo um papel muito importante de integração e fixação do homem a terra na Amazônia. No século XVII, a força naval foi utilizada para dar apoio logístico e apoio de fogo contra as posições estrangeiras que contribuiu para a expulsão dos holandeses, ingleses, irlandeses e franceses da Amazônia Brasileira. Posteriormente, algumas ações navais estrangeiras ocorreram isoladamente na região Amazônia na região fronteira do Brasil e da Colômbia e do Peru o que fez com que a presença da Marinha do Brasil se intensificasse para garantir a soberania brasileira na região. O advento da Estratégia Nacional de Defesa possibilitará um incremento da força naval o que aumentará a atuação da Marinha do Brasil (MB) na região, o que contribuirá para a manutenção da integridade, da soberania brasileira e o cumprimento da missão da MB.

Palavras-chave: Ações Estrangeiras. Amazônia. Marinha do Brasil.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	4
2	AÇÕES ESTRANGEIRAS NA FOZ DO AMAZONAS NO SÉCULO XVII...	5
3	CONQUISTA DE CAIENA E QUESTÃO DO AMAPÁ.....	9
4	INCIDENTES COM A COLÔMBIA E COM O PERU EM 1949.....	12
5	PRESENÇA DA MARINHA DO BRASIL NA AMAZÔNIA.....	15
6	CONCLUSÃO.....	18
	REFERÊNCIAS.....	20

1 INTRODUÇÃO

Ao longo dos tempos, desde a chegada dos primeiros exploradores no Brasil (1500), a Amazônia vem sendo objeto de interesse internacional por ser uma região rica em recursos naturais, como: biodiversidade, recursos hídricos e minerais, sendo um imenso mar de oportunidades aos estrangeiros.

A bacia amazônica possui como rio principal, o Amazonas, medindo 6.447 km de comprimento, da nascente à foz e com cerca de 1.100 afluentes, cobre uma área de mais de sete milhões de km². É considerada a mais extensa bacia hidrográfica e a maior rede fluvial do mundo, possuindo um quinto de toda água doce do Globo Terrestre (RODRIGUES, 1982).

Por ser um rio de grande extensão e volume de águas, o rio Amazonas e a maioria de seus afluentes são navegáveis em boa parte de seus cursos que os tornam um importante meio de integração de toda a região, servindo de ligação entre o Brasil e os países vizinhos e sendo nessa região, na maioria das vezes, a forma mais importante de comunicação da região em virtude dos outros meios de transporte serem bastante escassos.

Paralelamente, a Marinha do Brasil vem sendo também um vetor muito importante de integração e fixação do homem a terra na Amazônia desde o Brasil Colônia e foi um fator preponderante para impedir o estabelecimento de Companhias de Colonizações Estrangeiras na região nessa época.

Esta Monografia tem como o propósito analisar as principais ações navais estrangeiras e a atuação da Marinha do Brasil na Amazônia brasileira. Cronologicamente, será descritos as ações e incidentes navais fazendo correlação com a atuação da Marinha na região amazônica. No primeiro capítulo abordará as ações navais no século XVII na Amazônia, no segundo capítulo discorrerá sobre a Conquista de Caiena e a Questão do Amapá acontecida no século XIX, seguindo pelo terceiro capítulo com os incidentes com a Colômbia e com o Peru em 1949, incidentes estes que afrontaram a soberania brasileira e, finalmente, no quarto capítulo descreverá a evolução histórica da Marinha do Brasil, analisando sua presença na região amazônica.

2 AÇÕES ESTRANGEIRAS NA FOZ DO AMAZONAS NO SÉCULO XVII

Depois da chegada de notícias do Descobrimento do Brasil (1500) à Europa, foram despertados interesses de aventureiros pelo Brasil, principalmente, ingleses, holandeses e franceses que fizeram várias investidas na região com o objetivo de explorar as matérias-primas mineral, vegetal e animal. Logo os estrangeiros deparariam com o rio Amazonas, e seus anseios passaram a ser o de explorar esse rio-mar¹. Os exploradores se interessaram em realizar investidas, em sua maioria, em áreas próximas da foz desse rio, mas também, realizando a interiorização na bacia amazônica na exploração de seus diversos afluentes.

Os holandeses foram os primeiros estrangeiros em terras amazônicas, já em 1600 com as feitorias de Nassau e Orange que eram localizadas no rio Xingu. Depois vieram os ingleses em 1611 nas proximidades da foz do Amazonas, tendo como exploradores o Charles Leigh, com o Olive Plant, navio de 50 tonéis², tripulado por 46 homens, e o Robert Harcourt com três embarcações em 1609. Em 1610, Thomas Roe e Capitão Mathew Morton, experiente navegador, ficaram responsáveis na fixação dos primeiros colonos na região amazônica (GUEDES, 1975, p. 592). Essas primeiras invasões foram realizadas sem o apoio de seus governos. A partir de 1613, a situação começou a mudar, quando chegaram notícias aos países de origem dos invasores da grandiosidade do rio Amazonas e sua bacia fluvial conjugado com as possibilidades de explorá-lo, chegando os monarcas dos países exploradores a distribuírem terras na Amazônia (REIS, 1982, p. 26; SANTOS, 2000, p. 99).

Com isso, intensificam-se as invasões exploratórias inglesas, irlandesas e holandesas. E, por conseqüência, inicia-se a construção de uma série de fortes e fortins nas proximidades da foz do Amazonas e seus afluentes.

Em 1616, Pieter Adriaanz faz uma tentativa de colonização mista de ingleses e de holandeses na Região Amazônica com 130 homens, 14 dos quais com famílias para trabalhar na agricultura (GUEDES, 1975, p. 597).

A presença dos ingleses e dos irlandeses prosperou nas terras próximas de Gurupá e no rio Xingu com cerca de 200 colonos, explorando, principalmente, a cultura do tabaco (GUEDES, 1975, p. 600).

¹ Nome dado pelos ribeirinhos ao rio Amazonas em virtude de sua grande extensão e largura.

² 1 tonel igual a cerca de 1.000 litros.

Em 1626, começa o interesse dos franceses pela Amazônia, constituindo a Companhia da Guiana e em 1628, com 112 colonos, constroem um forte denominado Torrego, fazendo a exploração do tabaco. Os holandeses se estabeleceram na altura do Gurupá, em Mondituba e Macapá (REIS, 1982, p. 27).

Os estrangeiros mantiveram um comércio ativo com os índios locais, principalmente com os Tupinambás, realizando o cultivo do tabaco e da cana para a fabricação do açúcar (GUEDES, 1975).

[...] É indubitável, portanto, a existência de diversos núcleos de colonização ou feitorias estrangeiras na região, cultivando ou extraindo produtos nativos ou aclimatados, que eram comercializados com a Holanda e Inglaterra, cujos navios ali chegavam em avultado número e com regularidade [...] (GUEDES, 1975, p. 600).

Os Portugueses viram esse cenário e decidiram se contrapor às invasões. Envia para a Amazônia, em 1615, uma expedição mista (de soldados de mar e de terra) comandados por Francisco Caldeira de Castelo Branco em um caravelão, um patacho³ e um lanchão, com dez peças de artilharia e uma força de desembarque composta de 50 soldados bem equipados. Primeiramente, em 1616, Francisco Caldeira de Castelo Branco funda o forte do Presépio que foi base para o surgimento da cidade de Belém. Abriu também, uma linha de comunicação para o estado do Maranhão que ficava fora das vistas dos corsários. Esse forte tinha um bom posicionamento para vigiar a foz do grande rio, além de ter sido de grande importância como ponto de apoio logístico para a expulsão dos estrangeiros da Amazônia. Os portugueses logo estabeleceram as pazes com as pessoas do local e algumas aldeias foram transferidas para junto à fortaleza para obter mão-de-obra e auxílio militar (GUEDES, 1975, p.597; RIBEIRO, 1995, p. 50).

Outro ponto importante que serviu de base logística foi o forte de Gurupá, que desempenhou o papel de ponto de apoio para futuras incursões lusas, rio acima (MATTOS, 1991, p. 171).

Em 1616, Pedro Teixeira e Gaspar de Freitas de Macedo, com duas canoas armadas e guarnecidas de soldados e índios, atacaram e afundaram um patacho holandês que se aproximava do Presépio, aproveitando do pequeno porte das embarcações e ficando dentro do ângulo morto do armamento holandês. Neste mesmo ano, foi afundado outro navio holandês nas proximidades de Gurupá (BRASIL, 2009a; SANTOS, 2000, p. 100).

Após a construção do forte do Presépio, começaram a chegar notícias de estrangeiros na região, vindo de indígenas da região. Francisco Caldeira de Castelo Branco soube que existiam fortificações rio acima com a presença de colonos ingleses e holandeses

³ Patacho é um barco a velas de dois mastros tendo a vela de proa redonda e a de ré do tipo latina.

que exploravam a fabricação de açúcar, tratou de organizar expedições para eliminar essas colonizações (GUEDES, 1975, p. 587).

Em 1623, Luis Aranha de Vasconcelos e Bento Maciel Parente, com uma caravela de 60 tonéis e 22 canoas, com 70 soldados e mais um contingente de 1000 índios flecheiros, atacaram as povoações inglesas e holandesas localizadas no Gurupá e na ilha Tocuju na qual foram afundados dois navios (REIS, 1982). Os holandeses não se conformaram com as derrotas sofridas e tentaram novamente ocupar as ilhas da foz do rio Amazonas, mas Bento Maciel e Pedro Teixeira impedem tal investida (GUEDES, 1975, p. 604).

Em 1625, Pedro Teixeira, Pedro da Costa Favela e Jerônimo de Albuquerque com 50 soldados e 700 índios conquistaram posições holandesas e inglesas no Xingu. Também conquistaram o forte de Mandiutuba em Gurupá com 50 soldados e mais 500 índios flecheiros, sendo a metade com avanço por terra e o restante em várias canoas. Os estrangeiros bateram em retirada e se organizaram em dois fortins em Tucujus no rio Felipe, quando Pedro Teixeira os confrontou e tendo uma brilhante vitória. Soube através dos inimigos que existia uma fortificação mais adiante guarnecida por 20 soldados, quando Pedro Teixeira rumou para lá, obrigando-os a se renderem. As fortificações do local foram totalmente destruídas (BRASIL, 2009a; GUEDES, 1975, p. 607; SANTOS, 2000, p. 100).

Em 1629, Pedro Teixeira e Pedro da Costa Favela tomaram e destruíram o forte de Torrego, assassinando a sua guarnição. Em 1631, Jacome Raimundo e Noronha e Pero da Costa Favela com 36 canoas com auxílio de índios apoderaram e destruíram o forte North, no litoral do Macapá. Feliciano Coelho com uma força de 210 soldados e 5000 índios em 127 canoas destruiu e liquidava a guarnição do forte Cumaú em 1632 (GUEDES, 1975, p. 611; REIS, 1982; SANTOS, 2000, p. 100).

Em 1637, Pedro Teixeira partiu de Gurupá, com uma armada de 47 canoas, 1200 índios e mais 600 soldados portugueses, com o objetivo de destruir fortes e povoações estrangeiras rio acima (GOES FILHO, 1999, p. 141).

Nesse mesmo ano, foi criada a Capitania do Cabo Norte (atual Amapá) com a união dos reinos de Portugal e Espanha, tornando a busca do interior realizada sem obstáculos legais que fez tornar nulo o Tratado de Tordesilhas (MATTOS, 1991, p. 170).

Em 1639, o forte Gurupá foi atacado por holandeses auxiliados por índios rebeldes em um patacho armado, mas os luso-brasileiros, comandados pelo João Pedro de Cáceres, tomaram por abordagem a embarcação (BRASIL, 2009a; SANTOS, 2000, p. 100).

Em 1648, Sebastião Lucena de Azevedo destruiu as fortificações holandesas dos lagos do Macapá, esse ataque foi considerado o último para a expulsão total dos estrangeiros da Amazônia (REIS, 1982; SANTOS, 2000).

Nos séculos XVII ao XIX, foram erguidas cerca de 37 fortificações, dando origem às cidades de Macapá, Óbidos, Santarém e Manaus. O domínio português na Amazônia veio a ser confirmado pelo Tratado de Madri, assinado entre Portugal e Espanha em 1750, pela aplicação do princípio internacional *uti possidetis*⁴ (OLIVEIRA, 2002, p. 19).

Os ataques dos portugueses a posições estrangeiras tiveram importante apoio dos índios que se aliavam a eles, que na maioria das vezes era em maior número. Esses índios foram indispensáveis para o combate, pois eram notáveis remadores e conhecedores da região, proporcionando grande vantagem aos portugueses.

Os confrontos também se mostraram bastante violentos, pois os portugueses queimavam as fortificações conquistadas e assassinavam os colonos estrangeiros no intuito de intimidar novas invasões, além de tratar duramente os indígenas que haviam auxiliado os intrusos.

Segundo Guedes (1975, p. 607), destacaram-se especialmente Jerônimo de Albuquerque, Costa Favela, Pedro Baião de Abreu e Pedro Teixeira na luta contra a expulsão dos estrangeiros na região amazônica, pois esses homens com persistências, coragem e ardor para batalha deixaram a Amazônia Brasileira, praticamente, sem invasores.

Por ser a região amazônica ramificada por rios e com boa navegabilidade, foi bastante importante a presença da Marinha luso-brasileira na consolidação do Brasil, servindo, principalmente, como transporte de tropa e apoio de fogo, já que na região, as estradas eram praticamente inexistentes, fazendo que os rios fossem utilizados frequentemente para o deslocamento na região, sendo o vetor naval imprescindível para obter sucesso na região.

O Forte do Presépio foi um marco para que os portugueses iniciassem a exploração da foz do Amazonas e reconhecimentos rio acima, pela sua posição estratégica, servindo de ponto de apoio logístico juntamente com o forte de Gurupá. Esses fortes propiciavam atingir as posições inimigas sem a necessidade de saída ao mar, facilitado a logística militar, o que dava grande vantagem aos portugueses.

⁴ É um princípio de direito internacional segundo o qual os beligerantes em um conflito conservam a posse das terras que realmente ocupam no final das hostilidades.

3 CONQUISTA DE CAIENA E QUESTÃO DO AMAPÁ

Como visto no capítulo anterior, desde o século XVII, os franceses tiveram a vontade de ocupação de territórios na região amazônica brasileira, o que levou Portugal a construir em 1764, a fortaleza de Macapá no atual Amapá, para conter o desejo de expansão dos franceses (MATTOS, 1991, p. 174).

Em 1806, Napoleão Bonaparte ordenou o bloqueio continental à Inglaterra, mas como Portugal não aceitou cumprir tal medida, fez com que a França retaliasse e conquistasse Portugal, o que obrigou a família real portuguesa a fugir para o Brasil.

Em 22 de janeiro de 1808, a corte portuguesa chegou ao Brasil, o que proporcionou um aumento das hostilidades com a França na região fronteira com a Guiana Francesa. Chegou ao conhecimento da corte portuguesa a invasão francesa do Amapá e em represália, em 10 de junho de 1808, é declarada guerra à França e ordenado que se fizesse hostilidades por mar e por terra aos vassallos do imperador dos franceses, sendo autorizado o curso (LEIVAS, 1979, p. 394).

Com uma força militar de 751 praças combatentes e 12 navios de 93 canhões, comandado pelo inglês Capitão-de-Mar-e-Guerra James Lucas Yeo, foi restabelecida a soberania de Portugal até margem direita do rio Oiapoque e mais tarde reivindicou os limites do Brasil ao norte do Equador. As tropas luso-brasileiras avançaram pela margem esquerda do rio Oiapoque não sendo encontradas resistências por parte dos franceses, fato esse notado pelo Forte São Luís que se encontrava em completo abandono (LEIVAS, 1979, p. 396; RODRIGUES, 1982, p. 171).

Em 18 de dezembro de 1808, subiu o rio Oiapoque com parte dos navios da esquadilha, o Comandante Yeo rumou para o Approuague⁵, deixou na foz desse rio os navios de maior calado, subiu o rio com dois cúteres⁶ e uma lancha. Essas embarcações foram colocadas em posições táticas em frente ao forte francês vindo a conquistá-lo a 25 de dezembro. Foram também apresadas duas escunas inimigas que foram incorporadas a esquadra luso-brasileira (LEIVAS, 1979, p. 398).

Em janeiro de 1809, a força militar inglesa e brasileira, comandada pelo Comandante Yeo, com 250 homens em 10 canoas, rumou para rio Mahury onde ficavam localizado os fortes Diamant e Degras dês Cannes que defendiam a estrada real que vai para

⁵ É um rio da Guiana Francesa que banha o litoral ocidental de Porto Claro e o oriental de Nova Belmont, de fácil navegação e águas escuras. Nasce na Serra Tumucumaque e desce até o Oceano Atlântico, acompanhando quase paralelamente o curso do Rio Oiapoque.

⁶ É um tipo de barco à vela de pequeno porte.

Vila de Caiena. O Sr. Yeo dividiu as canoas pela metade e as posicionou em pontos equidistantes dos fortes e dividindo as forças em duas colunas, uma naval e a outra terrestre, sendo a segunda coluna comandada pelo Major Joaquim Manoel Pinto. A coluna naval, comandada por Yeo, avançou rapidamente para o forte Diamant que era armado com dois canhões de ferro de 24 e um de bronze de oito e guarnecido com 50 homens que foram dizimados. A coluna terrestre atacou o forte Degras Dês Cannes que era armado com dois canhões de bronze de nove, guarnecido com 37 homens. O forte foi tomado e sua guarnição morta (LEIVAS, 1979, p. 399-400; RODRIGUES, 1982, p. 172).

Os ataques aos fortes permitiram o desembarque com o resto das tropas que se encontrava nos navios. Logo em seguida, os franceses armados com baterias estavam organizando um contra-ataque ao forte Degras Dês Cannes e o Major Joaquim Manoel Pinto solicitou auxílio sendo socorrido pelo Major Joaquim Manuel Pinto com a ação dos canhões da esquadra ali posicionada por uma hora e meia e logo em seguida realizado ataque com a infantaria com 150 homens sendo as tropas inimigas rechaçadas. A seguir, as tropas comandadas pelo Comandante Yeo atacaram e incendiaram a fazenda de Victor Hughes, governador de Caiena (LEIVAS, 1979, p. 400).

Em 12 de janeiro, foi neutralizado o porto de Bourda e o Governador de Guiana Francesa, que realizava sua defesa com cerca de 400 combatentes, capitulou (LEIVAS, 1979, p. 402).

Em 14 de janeiro, as tropas sob o comando do Tenente-Coronel Manuel Marques entraram em Caiena e realizaram a ocupação que duraria até 17 de novembro de 1817, quando foi restituída à França em virtude de resoluções aprovadas no Congresso de Viena⁷ (1814-1815) e da Convenção de 28 de agosto de 1817 (LEIVAS, 1979, p. 408).

Como vimos, a atuação da Marinha na Conquista de Caiena foi de grande importância, sendo no transporte de tropas ou para realizar o apoio de fogo contra as posições inimigas. Foi ela uma peça importante para expulsão dos estrangeiros invasores desde o século XVII com apoio de oficiais e praças ingleses que muito ajudaram nas táticas dos combates. Novamente, em 1836, com as dificuldades do Brasil na repressão à Cabanagem⁸

⁷ Congresso de Viena foi uma conferência entre embaixadores das grandes potências européias que teve lugar na capital austríaca, entre 1 de Outubro de 1814 e 9 de Junho de 1815, cuja intenção era a de redesenhar o mapa político do continente europeu após a derrota da França napoleônica na primavera anterior, iniciar a recolonização, restaurar os respectivos tronos às famílias reais derrotadas pelas tropas de Napoleão Bonaparte e firmar uma aliança entre os signatários.

⁸ A Cabanagem foi uma grande revolta popular que explodiu na província do Pará, em 1835. Dela participou uma multidão de pessoas muito pobres, submetidas à exploração dos poderosos da região. Eram negros, índios e mestiços que trabalhavam na exploração de produtos de floresta e moravam em cabanas à beira dos rios. Por isso, eram chamados de cabanos e a rebelião ficou conhecida como Cabanagem.

(1835-1840), os franceses pensaram em alargar seus domínios na região, instalando um posto militar ao sul do rio Oiapoque às margens do largo do Amapá (REIS, 1982, p. 91).

Em 1840, em virtude da boicotagem ao comércio francês no Rio de Janeiro e da intransigência brasileira de não ceder um milímetro na conjuntura grave formada na ocasião, com a mediação inglesa, os franceses retiraram do Amapá para concentrar-se no Maracá, próximo ao Oiapoque, mas continuavam em território brasileiro. O Governo Imperial criou uma Colônia Militar no Amapá após a saída dos franceses da região. Contudo as contendas não terminaram aí, pois em 1893, ocorreu a descoberta de ouro no rio Calçoene por dois brasileiros, Germanos Ribeiro Pinheiro e Firmino de Tal que atraiu vários aventureiros para a região, o que ocasionou um aumento populacional na região. Em maio de 1894, a população já chegava a seis mil pessoas (REIS, 1982, p. 91-93).

[...] Os brasileiros trataram de constituir um governo local para cuidar dos seus direitos e interesses, o mesmo fazendo os franceses. O conflito tornou-se inevitável e o governador da Guiana enviou uma força armada local. No choque havido o comandante francês foi morto, levando seus comandados a exercerem violentas represálias sobre a população [...] (RIBEIRO, 1995, p. 52).

Esse fato teve grande repercussão. O Brasil e a França acordaram em submeter o assunto à arbitragem e em 1900 deu ganho de causa ao Brasil que, por conseqüência, impediu, aos franceses, de ter acesso ao rio Amazonas (RIBEIRO, 1995, p. 52).

Com a vinda da família real portuguesa para o Brasil em 1808, foi dada maior atenção as fronteiras brasileiras com a Guiana Francesa, o que aumentou as hostilidades na região. Por conseqüência, foi intensificada a presença da Marinha luso-brasileira nessa região, que impediu o acesso aos franceses ao rio-mar, mas também prestando apoio logístico, transporte de tropas e apoio de fogo contra as posições francesas.

Nesse período, as atuações do Comandante inglês James Lucas Yeo e do Major Joaquim Manoel Pinto foram de grande importância no comando das tropas luso-brasileiras, pois suas táticas aplicadas nos confrontos proporcionaram grandes vitórias para o Brasil Imperial.

4 INCIDENTES COM A COLÔMBIA E COM O PERU EM 1949

No século XVIII, o rio Amazonas teve o acesso fechado aos estrangeiros, pois foi avaliado que esses ainda pudessem por em risco a soberania e a integridade do Brasil, somente sendo permitidas algumas expedições científicas na região, mas cercando-as com atenção e cautela. Mesmo assim, a Amazônia continuava a despertar vários interesses de muitas nações, pois almejavam seus recursos naturais e suas possibilidades econômicas. Por muitas vezes, algumas comissões de pesquisas eram organizadas e por muitas vezes as chamavam de científicas, mas no fundo tinham outros interesses, pois no final dessas viagens os estrangeiros não tinham obrigações de revelar os resultados obtidos na expedição (SANTOS, 2000; SOUZA, 2003).

Em 10 de julho de 1911, inicia-se uma luta armada entre Peru e Colômbia, por questões fronteiriças, conhecida com o combate de La Pedreira, sendo o estopim de alguns combates que ocorreram, posteriormente, entre os dois países. O Conflito de Letícia foi iniciado em 1932 e, em maio de 1933, com a mediação do Brasil, foi assinado no Rio de Janeiro, o Protocolo da Amizade e Cooperação no qual ficaram definidos definitivamente os limites entre os dois países (DANTAS, 1987, p. 76).

Com essas questões acontecendo bem próximas das fronteiras brasileiras, o Brasil percebeu que necessitava aumentar ainda mais a presença das forças armadas na região para garantir a soberania brasileira e a neutralidade no Conflito de Letícia, e como consequência, foi criada a Divisão Naval de Operações no Rio Amazonas que suspendeu do Rio de Janeiro em janeiro de 1933 e incorporando aos navios da Flotilha do Amazonas em Manaus, sendo desativada logo assim que resolveu as contendas entre os dois países belicosos (BRASIL, 2009).

A região amazônica voltou a ser palco de situações delicadas quando em quatro de julho de 1949, na cidade colombiana de Letícia, nas comemorações da Semana da Pátria, na qual a população aclamava os militares em parada militar. Nesse ínterim, comemoravam também a incorporação de novas canhoneiras⁹ à Marinha Colombiana. Nessa festa, foram servidas muitas bebidas alcoólicas o que deixaram muitas pessoas com as faculdades mentais alteradas (SOUZA, 2003).

⁹ Uma canhoneira é uma embarcação armada com um ou mais canhões. O termo é bastante genérico e foi aplicado a vários tipos de embarcações de guerra.

[...] no auge do delírio etílico, alguém sugeriu: por que não aproveitar aqueles momentos de intensa vibração patriótica e saírem à caça dos peruanos, pondo a pique todos os seus navios? Mais uns tragos, e a sugestão foi aceita [...] (SOUZA, 2003, p. 190).

A canhoneira, que era bem armada e com poder de fogo bem superior a qualquer outro navio da região, desatracou com seu práctico completamente embriagado, mas em vez de subir o rio Solimões para realizar a busca aos peruanos, conforme seu desejo, ela desceu o rio e entrou em águas brasileiras, passando pelo Pelotão de Fronteira em Tabatinga, o que foi percebido pelo Primeiro-Tenente José da Silva Dourados, pois o trânsito de embarcações entre os países, por convenção necessitava de um aviso prévio de 48 horas, o que não havia sido feito (SOUZA, 2003).

A canhoneira avistou o Navio-Gaiola “Ajudante”, do Serviço de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará (SNAAP) que estava na ocasião com 120 pessoas a bordo, aproando-a e indo ao seu encontro, pois pensou que se tratava de peruanos inimigos, abriu fogo contra a Gaiola “Ajudante” com seus quatro canhões, matando todos que estavam na superestrutura do “Ajudante” e explodindo sua caldeira que a fez partir em duas e naufragar logo em seguida. Somente oito pessoas sobreviveram a esse ataque infundado (SOUZA, 2003).

Os colombianos depois de perceberem que não estavam atacando peruanos e sim brasileiros, deram meia volta e retornaram a Letícia sem prestar qualquer socorro aos sobreviventes ao acidente (SOUZA, 2003).

A notícia chegou à Manaus que de pronto ocasionou uma revolta na população manauara culminando em ameaças de destruição da sede do consulado colombiano e de linchamento do cônsul colombiano e de sua família, o que precisou que o Exército Brasileiro realizasse a segurança do consulado para não causar um mal maior (SOUZA, 2003).

Na capital da República, o Ministério das Relações Exteriores recebeu as desculpas e as explicações apresentadas pelo governo em Bogotá, em que foi dada ênfase especial às circunstâncias de que o comandante e os tripulantes da canhoneira eram incompetentes e ignorantes em assuntos navais, vez que eram realmente soldados de cavalaria, e agiram quando estavam completamente bêbados (SOUZA, 2003, p. 193).

Seis meses depois, um político peruano foi perseguido por policiais de sua nacionalidade ao longo do rio Solimões, mas se vendo acuado, cruzou a fronteira e pediu asilo ao Pelotão do Exército em Tabatinga (SOUZA, 2003).

Após alguns dias, os militares do posto peruano de Ramon Castinho, convidaram o comandante do Pelotão do Exército em Tabatinga para uma partida de futebol e durante a partida, membros de uma facção política peruana, encapuzados e bem armados, invadiram a sede do Pelotão do Exército em Tabatinga para resgatar o peruano asilado naquele quartel.

Mais tarde, o Peru resolveu tal afronta ao Brasil por vias diplomáticas, punindo os membros da facção política e o asilado sequestrado devolvido ao Brasil através da embaixada em Lima. (SOUZA, 2003).

Diante de tais episódios, viu-se o completo abandono que se encontrava a região fronteira entre o Brasil, a Colômbia e o Peru, na qual era fácil a passagem de pessoas e material de um lado para outro, o que aumentava as possibilidades de acontecerem diversas afrontas a soberania brasileira, pois as forças armadas no local eram bastante escassas, sendo o poder naval¹⁰ praticamente inexistente.

O Brasil percebeu a vulnerabilidade da fronteira nessa região e resolveu deslocar do Rio de Janeiro para a Flotilha do Amazonas três corvetas e prover a região com um navio tanque para dar apoio logístico às corvetas para permitir realização das patrulhas necessárias na fronteira em tela. Segundo Souza (2003), após a chegada desses navios não se tem notícia de afronta soberania brasileira nessa região longínqua.

¹⁰ Poder Naval e o componente militar do Poder Marítimo. Poder Marítimo constitui o potencial representado pelo conjunto de meios e recursos utilizados por uma nação, para assegurar o domínio do mar.

5 PRESENÇA DA MARINHA DO BRASIL NA AMAZÔNIA

Com vimos anteriormente, a Marinha do Brasil na Amazônia teve um papel preponderante desde o Brasil Colônia, participando do desenvolvimento e da integração da região. Segue abaixo a evolução histórica da Marinha do Brasil na região norte brasileira.

Em 1728, foi criada a Divisão Naval do Norte com a finalidade de impedir o estabelecimento de Companhias de Colonizações Estrangeiras e afastar os piratas da costa daquela região (DANTAS, 1987). Essa divisão exercia o controle do acesso de navios ao rio Amazonas. Em 1729, foi fundada a Casa das Canoas para servir de apoio de base aos navios realizando os reparos nas canoas de guerra, bem como para construção de novas embarcações e alojar pessoal e armazenar mantimentos e material (BRASIL, 2009a). Em 1761, as oficinas da Casa das Canoas foram transferidas para o Convento de São Boaventura para possibilitar a construção de embarcações de maior porte e de nau de guerra, sendo criado o Arsenal de Marinha do Pará, e desativado em 1950 para dar lugar à atual Base Naval de Val-de-Cães (BRASIL, 2009a).

Em 1868, em substituição à Divisão Naval do Norte, foi criada a Flotilha do Amazonas em consequência da abertura da navegação do rio Amazonas em 1867 às nações amigas e, portanto, patrulhar a fronteira fluvial com as repúblicas vizinhas (BRASIL, 2009a).

Em 1924, o Brasil passou por instabilidade política que se estendeu para o Amazonas e o Pará. A revolta no Pará logo foi contida, mas no Amazonas os sediosos depuseram as autoridades legais com auxílio de alguns navios da Flotilha do Amazonas (Comando do 4º Distrito Naval, 1995). Foi preciso alguns navios do Rio de Janeiro para dar combate os revoltosos e botar ordem em Manaus.

Em 1933, conforme visto do capítulo anterior, foi criada a Divisão Naval de Operações no Rio Amazonas, em virtude do cenário que foi alterado pelo conflito de Letícia entre Peru e Colômbia (BRASIL, 2009b).

Em 17 de outubro de 1940, foi criado o Comando Naval do Amazonas em Belém no antigo Arsenal de Marinha do Pará. Durante a Segunda Guerra Mundial, os navios da Flotilha do Amazonas realizaram patrulha no litoral do Maranhão, Pará e Amapá (BRASIL, 2009b). Em 31 de agosto de 1942, o Comando Naval do Amazonas foi substituído pelo Comando Naval do Norte (BRASIL, 2009b).

Em 19 de novembro de 1945, foi criado o Comando do 4º Distrito Naval e instalado no local onde funcionava o antigo Arsenal de Marinha. Em 30 de novembro de

1945, a Flotilha do Amazonas passa a integrar ao 4º Distrito Naval como força subordinada (DANTAS, 1987).

Em 1968, foi criado o Comando Naval de Manaus e sendo desativado em 1975 (Comando do 4º Distrito Naval, 1995).

Em 23 de abril de 1974, a Flotilha do Amazonas se dividiu em duas unidades, sendo criado o Grupamento Naval do Norte em Belém e a Flotilha do Amazonas em Manaus (BRASIL, 2009b).

Em 1994, foram criados o 3º Esquadrão de Helicópteros de Emprego Geral e o Comando Naval da Amazônia Ocidental (BRASIL, 2009a).

Em 2005, foi criado o Comando do 9º Distrito Naval em substituição ao Comando Naval da Amazônia Ocidental que é sediada em Manaus.

Diante ao exposto, a atuação da Marinha teve um papel atuante desde os confrontos para a expulsão dos estrangeiros da Amazônia no século XVII, pelo motivo da bacia Amazônica ser uma região que possui vastas áreas bastante alagadas e desprovidas de rotas terrestres de comunicação e cujo principal meio de transporte entre as localidades, indubitavelmente, era o rio Amazonas e seus afluentes, sendo imprescindível a utilização de navios para se locomover na região. Soube o Brasil reconhecer a grande importância da Marinha utilizando-a para os desdobramentos das tropas luso-brasileiras na expulsão dos invasores estrangeiros dessas terras dando o necessário apoio logístico e, conseqüentemente, essa força armada serviu de vetor de integração e consolidação da Amazônia brasileira.

Foi no século XVIII que a Marinha teve sua presença intensificada com a criação da Divisão Naval do Norte em 1728 e no transcorrer da história, foi-se aumentado o poder combatente do Poder Naval na região amazônica até os dias atuais, onde hoje, conta com dois distritos navais: o Comando do 4º Distrito Naval que possui dez navios, sendo seis navios patrulhas, um navio auxiliar, um rebocador de alto mar, um navio balizador e um navio hidroceanográfico e o Comando do 9º Distrito Naval que possui oito navios, sendo cinco navios patrulha e três navios de assistência hospitalar.

Os navios da Marinha do Brasil realizam navegação constante pelo rio Amazonas, rio Solimões e seus afluentes, seja realizando patrulha naval, prestando assistência hospitalar às populações ribeirinhas nas regiões mais longínquas da Amazônia ou também realizando levantamentos cartográficos nos rios para aumentar a segurança dos navegadores que transitam no ambiente amazônico, sendo esses meios navais, por muitas vezes, os únicos representantes do governo brasileiro a estar nessas localidades por um longo período de tempo. Devido a esse fato, torna essas atividades muito importantes para mostrar ao povo

brasileiro dessa região a presença do Estado, contribuindo para manutenção da integração brasileira e também mantendo uma constante vigilância contra as ameaças à soberania do Brasil que possam surgir nessa região.

Em dezembro de 2008, foi aprovada a Estratégia Nacional de Defesa e tal documento prioriza a região amazônica, considerando essa região com foco de interesse de defesa. Prevê uma construção de uma base naval na região norte/nordeste para servir de base para a segunda esquadra que será criada na região. A segunda esquadra irá aumentar consideravelmente a presença da Marinha do Brasil na Amazônia, pois serão construídos novos navios que permitirão a Marinha cumprir melhor sua missão nessa vasta região capilar, que terá como consequência uma melhor vigilância das fronteiras brasileiras que por consequência, aumentará a presença do Estado brasileiro e garantirá a preservação da soberania e da integridade brasileira.

6 CONCLUSÃO

A luta contra os estrangeiros colonizadores no século XVII tiveram grande apoio dos índios guerreiros que os luso-brasileiros tinham feito amizade nessa ocasião. Estes elementos indígenas, em grande parte das vezes eram em maior número nos confrontos entre os estrangeiros: ingleses, irlandeses, holandeses e franceses, o que deram aos portugueses grande vantagem. Esses silvícolas foram indispensáveis, pois eram conhecedores do terreno, mas também eram notáveis remadores, sendo imprescindíveis para os embates contra os estrangeiros que se sucederam.

Os portugueses adotaram a tática de serem bastante violentos nos confrontos, pois queimavam as fortificações e assassinavam os colonos estrangeiros. Os índios que se aliavam aos estrangeiros quando eram capturados eram tratados duramente. A utilização dessas técnicas era para a intimidação de novas tentativas de invasões estrangeiras à região amazônica. Tais medidas permitiram deixar a Amazônia sem os colonizadores estrangeiros indesejados nos séculos posteriores.

Outra medida de importância foi à fundação do Forte do Presépio para que os portugueses iniciassem a exploração a foz do Amazonas e reconhecimentos rio acima em virtude de sua posição estratégica servindo de ponto de apoio logístico juntamente com o forte de Gurupá. Esses fortes propiciavam atingir as posições inimigas sem a necessidade de saída ao mar.

Essas explorações somente foram possíveis com o apoio da Marinha luso-brasileira, pois tiveram um papel primordial na consolidação do Brasil, sendo a região amazônica uma extensa área e bastante ramificada por rios, com uma boa navegabilidade e desprovida de outros meios de comunicação, pois essa força naval dava apoio no transporte de tropas e no apoio de fogo contra as posições inimigas, fato esse observado nas campanhas do século XVII e na conquista de Caiena, aonde a vinda da corte portuguesa para o Brasil teve papel primordial para aumento da presença das forças armadas na região fronteiriças com a Guiana Francesa, conforme visto anteriormente.

Nos séculos subsequentes, o Brasil percebeu que necessitava aumentar a presença das forças armadas na região amazônica para garantir sua soberania e sua neutralidade já que tiveram alguns exemplos de afronta a soberania brasileira, como o Conflito de Letícia. A Marinha deslocou navios que encontravam sediados no Rio de Janeiro para Manaus, o que minimizou a vulnerabilidade das fronteiras nessa região, já que a força naval na região

realizava constantes patrulhas na região, mostrando aos nossos vizinhos a constante atuação da Marinha na região, fato esse que inibiu outras quebras de soberania posteriormente.

Na atualidade, o Brasil volta a dar prioridade à região amazônica com a aprovação da Estratégia Nacional de Defesa que considera como foco de interesse de defesa e prevê uma construção de uma base naval e a criação de uma segunda esquadra na região norte/nordeste, o que certamente aumentará ainda mais a presença da Marinha do Brasil na Amazônia, que permitirá uma melhora considerável no cumprimento da missão da Marinha do Brasil nessa extensa e rica região, o que permitirá a intensificação da vigilância das fronteiras brasileiras mais longínquas, sendo um fator importante que contribuirá para garantir sempre intacta a soberania brasileira.

Portanto diante ao exposto, esse autor considera que o propósito dessa monografia foi atingindo, pois foram analisadas as principais ações navais estrangeiras e a atuação da Marinha do Brasil na Amazônia brasileira.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, Comando do 9º Distrito Naval. **Amazônia**. Disponível em: <<https://www.mar.mil.br/9dn/om/amazon.htm>> . 2009a. Acesso em: 26.mar.2009.
- _____, Comando da Flotilha do Amazonas. **Histórico**. Disponível em: <<https://www.mar.mil.br/flotam/historic.htm>> . 2009b. Acesso em: 26.mar.2009.
- _____, **Estratégia Nacional de Defesa**. 2008. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/eventos_temporarios/2008/estrat_nac_defesa/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf> . 2009c. Acesso em: 08.jul.2009.
- CASTRO, Souza. **Amazônia e Defesa Nacional**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- COMANDO DO 4º DISTRITO NAVAL. **A Marinha na Amazônia**. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, v. 115, nº 10/12, p. 19-43, out./nov./dez. 1995.
- DANTAS, Einar da Costa Dantas. **Amazonas Rio de Muitos Nomes**. Belém: Horizonte, p. 51-58. 1987.
- GARDNER, Lydia M. **A Amazônia e os Interesses Estrangeiros do Segundo Reinado ao Desafio da Nova Ordem Mundial**. A Defesa Nacional, Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros, Rio de Janeiro, a.LXXXIII, n. 777, p. 21-40, jul/ago/set. 1997.
- GOES FILHO, Synesio Sampaio. **Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas**. São Paulo: Martins Fontes, p. 140-141. 1999.
- GUEDES, Max Justo. Ações Navais contra os Estrangeiros na Amazônia – 1616 – 1633. **História Naval Brasileira**, Rio de Janeiro, Primeiro Volume, Tomo II, p. 589-612. 1975.
- IMBIRIBA, Maria de Nazaré Oliveira; AFFONSO, José Augusto F. A Importância da Análise Histórica no Processo de Cooperação: O Caso Amazônico. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Rio de Janeiro, a.XXVIII, n. 109/110, p. 105-119. 1985.
- LEIVAS, Luís Cláudio Pereira; GOYCOCHÊA, Luís Felipe de Castilhos. A Conquista de Caiena. **História Naval Brasileira**, Rio de Janeiro, Segundo Volume, Tomo II, p. 371-421. 1979.
- MATTOS, Carlos Meira. A Importância Geopolítica da Amazônia Brasileira. **Revista da Escola Superior de Guerra**, Rio de Janeiro, a.7, n. 19, p. 165-188, set. 1991.
- OLIVEIRA, José Augusto da Costa. **O Dimensionamento do Poder Naval da Amazônia**. Monografia – Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores (C-EMOS), Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2002.
- RAMOS, Rodrigo Octavio Jordão. As Forças Armadas e a Integração da Amazônia. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Rio de Janeiro, a.XIV, n. 53/54, p. 82-89, mar/jun. 1971.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **A Amazônia e a Integridade do Brasil**. Manaus: Sergio Cardoso, p. 371-421. 1966.

_____. **A Amazônia e a Cobiça Internacional**. 5. Ed. Manaus: Civilização Brasileira/Suframa, p. 26-98. 1982.

RIBEIRO, Osmar José de Barros. Amazônia - Um Desafio a Vencer. **A Defesa Nacional, Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros**, Rio de Janeiro, a.LXXXI, n. 768, p. 49-62, abr/maio/jun. 1995.

RODRIGUES, Roberto Martins. A Conquista de Caiene. **A Amazônia Paraense**. Belém: v.1, p. 170-173, Karton, 1982.

SANTOS, Jorge Calvário dos. Amazônia: Quinhentos Anos de Cobiça. **A Defesa Nacional, Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros**, Rio de Janeiro, a.LXXXIV, n. 788, set/out/nov/dez, p. 98-119. 2000.

SOUTO, Cláudio Heráclito; ALVES, Manoel da Penha; HERNANDEZ, Julio Cesar Barbosa; ASSIS, Paulo Roberto Correa e SILVA, Carlos Alberto Pinto. Ameaças à Soberania Nacional na Amazônia. Hipóteses de Guerra. Estratégias para a Defesa da Região. **A Defesa Nacional, Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros**, Rio de Janeiro, a.LXXVIII, n. 752, abr/maio/jun, p. 11-35. 1991.

SOUZA, Aécio Pereira de Souza. Incidentes na Amazônia em 1949. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 123, n° 04/06, abr./maio./jun, p. 189-198. 2003.